

O ASSALARIAMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES NAS LAVOURAS DE PALMA NO NORDESTE PARAENSE

Ana Claudia Guedes Fernandes¹

RESUMO

O artigo analisa os motivos que determinaram a inserção de agricultores familiares no trabalho assalariado nas lavouras de palma da empresa Brasil Biofuels S.A (BBF), no nordeste paraense e os seus rebatimentos na reprodução social de suas famílias, problematizando as mudanças ocorridas no trabalho e na vida desses agricultores, com o assalariamento. Teve por base uma pesquisa empírica, com abordagem quanti-qualitativa realizada com 09 agricultores assalariados da BBF e suas respectivas esposas; 01 genitor de agricultor e 09 sindicalistas rurais dos municípios paraenses: Moju, Acará e Concórdia do Pará, valendo-se, também, da revisão de literatura. Evidencia que a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho como exportadora de commodities propicia a instalação de megaprojetos do agronegócio, como a monocultura de palma que se alastrou no referido espaço geográfico, conduzindo significativo número de agricultores familiares para o trabalho assalariado, como estratégia para a reprodução social da sua família.

Palavras-chaves: Trabalho assalariado. Agricultor familiar. Commodities. Amazônia. Reprodução social.

ABSTRACT: The salary of family farmers in palm plantations in the northeast of Pará. The article analyzes the reasons that determined the insertion of family farmers in salaried work in the palm plantations of the company Brasil Biofuels S.A (BBF), in the northeast of Pará and their impact on the social reproduction of their families, problematizing the changes that occurred in work and in life of these farmers, with wages. It was based on empirical research, with a quantitative-qualitative approach carried out with 09 BBF salaried farmers and their respective wives; 01 farmer parent and 09 rural unionists from the municipalities of Pará: Moju, Acará and Concórdia do Pará, also using the literature review. It shows that the insertion of the Amazon in the international division of labor as an exporter of commodities allows the installation of agribusiness megaprojects, such as palm monoculture that has spread in the aforementioned geographic space, leading a significant number of family farmers into salaried work, as a strategy for the social reproduction of your family.

Keywords: Salaried work. Family farming. Commodities. Amazon. Social reproduction.

¹ Membro dos grupos de pesquisa GEPTESA/UFPa, GEJUP/UFRG; consultora pelo UNICEF nas UAPI -Assistência Social em Belém. Doutora em Serviço social. E-mail: anaclautilguedes@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido palco de euforia e expectativa com o cultivo da palma industrial no nordeste paraense, considerada como uma das *commodities* prioritárias do agronegócio no Estado. Em duas décadas, o chamado dendê, expandiu-se numa dimensão de monopólio de terras agricultáveis desse território e do recrutamento de força de trabalho ao assalariamento, nos municípios do Moju, Concórdia do Pará e Tomé-açu.

A produção da palma é um evento de magnitude global em torno de 20.778.000m ha de terra plantada, em 28 (vinte e oito) países dos continentes: asiático, africano e da América do Sul, somando uma produção de aproximadamente, de 66.835.000 toneladas de óleo de palma (Nahum; Santos, 2018).

A expansão da palma, no Pará, recebe a direção das políticas agroenergéticas lideradas pelo capital monopolista, chanceladas por investimentos do setor público e privado, por empresas nacionais e transnacionais, correspondendo a 29,73% de 1.247.955.381 Km² da área amazônica e 14,65% da área do Brasil, 8.515.767.049 Km².

Para a presente comunicação é relevante a questão: quais motivos que determinaram os agricultores familiares se inserirem no trabalho assalariado nas lavouras da palma da empresa BBF, instalada no Pará? Para tanto, a pergunta está na composição da tese da presente autora do artigo, sendo resultado de uma pesquisa social, com abordagem empírica qualitativa, a luz da teoria social marxista, realizada no período do primeiro semestre de 2022, tendo como sujeitos 09 agricultores assalariados da BBF e suas respectivas esposas; 01 genitor de agricultor e 09 sindicalistas rurais dos municípios paraenses: Moju, Acará e Concórdia do Pará, valendo-se, também, da revisão de literatura pertinente.

O desfecho do evento do boom da palma no Pará reverberou numa pressão pela ruptura ao modo de trabalhar e de viver das famílias dos agricultores familiares assalariados, em que a escolha pelo trabalho assalariado foi oriunda da necessidade de obtenção de recursos para manutenção da família.

O AGRONEGÓCIO DA PALMA NO ESTADO DO PARÁ E AS *COMMODITIES*: elementos para o debate

O agronegócio da palma desponta no contexto paraense envolvido em um *boom*, durante século XXI, juntamente, com o monocultivo de outras culturas do setor primário, como: a soja, o milho, a cana-de-açúcar, o eucalipto, entre outros, avançando de forma violenta como pauta exportadora de *commodities*, tanto no ramo

da alimentação quanto no de biocombustíveis, onde, o Pará tem se constituído o principal solo fértil para a sua expansão, sob forte discurso ideológico da classe dominante, orquestrado pela propaganda midiática de empresas transnacionais (Perpetua *et al* 2022).

A exegese triunfalista do agronegócio foi conduzida no discurso da produção da palma como a “salvação” da economia rural do Pará, a partir de uma aut imagem para mundo, de um Brasil de grande potencial agroexportador, difundindo, assim, a ideia da produção da palma como a “única” alternativa para vencer a estagnação econômica e diminuir as desigualdades sociais no território paraense, inclusive, com a possibilidade de contribuir para a sustentabilidade do meio ambiente, por meio da produção de uma cultura exótica, como o dendezeiro que passava a ocupar as antigas áreas degradadas pela produção da pecuária, no estado; além de ser aclamada como resposta a pobreza e a extrema pobreza, no campo, pois, possibilitaria o aumento da renda familiar, da agricultura familiar, com a geração de qualidade de vida: o dendê seria a “redenção” dos agricultores, de sua situação de penosidade histórica na qual viviam, tanto que lhe atribuíram o pseudônimo de “ouro vermelho” (Perpetua *et al*, 2022).

Para consolidação da produção da palma, no Pará, o capital enseja como estratégia, a territorialização e a monopolização no campo, através de expropriações violentas dos bens comuns da natureza, os recursos territoriais e o trabalho.

Registra-se que as plantações industriais da monocultura da palma apresentam no mercado das *commodities* uma excelente posição, por seu alto potencial de produtividade, larga procura no mercado de cosméticos, de alimentícios e de biodiesel, com demandas globais em todos os continentes, o que tem conduzido a inúmeras concessões de terras pelos governos locais, disponibilidade de força de trabalho barata, desqualificada e mal remunerada (Nahum; Santos, 2018). No intervalo de 2000 a 2020 foi observada uma variação no alargamento da produção mundial de 244.3 p.p., ou seja, as primeiras décadas do XXI serão o palco de expansão vertiginosa da produção e consumo do dendê no mundo.

O Pará chão privilegiado da *commodity* do dendê, encontra-se organizado em 12 Regiões de Integração² (RIs), dentre as quais as RI's do Guamá, Rio Capim, Caeté,

² Como o estado do Pará é o segundo maior estado do país, em extensão territorial que apresenta diferenças regionais, principalmente, no que se refere aos aspectos socioeconômicos, entre os 144 municípios paraenses, tornou-se necessário para o planejamento das ações do estado, identificar as peculiares de cada território. Para facilitar a administração e garantir o desenvolvimento de políticas públicas adequadas para cada área, o estado foi dividido em 12 (doze) Regiões de Integração, por meio do Decreto 1.066/ 19 de junho de 2008, no governo de Ana Júlia Carepa, no período de 2007 à 2011, quais

Guajará e Tocantins, *lôcus* das empresas nacionais e internacionais de produção de dendê. Registra-se nessas RI's, a presença de 20 empresas produtoras de dendê, instaladas em um total aproximado de 31 municípios.

Desta forma, a produção da palma no Pará corresponde a 1.247.955.381 Km² (29,73%) da área amazônica e 8.515.767.049 Km (14,65%) da área do Brasil, com população (IBGE, 2022) de 8.260.178 (oito milhões e duzentos e sessenta mil e cento e setenta e oito habitantes). As RI's do Guajará (ou Região Metropolitana de Belém), do Guamá, do Rio Capim, do Caeté e do Tocantins, equivalendo a extensão em relação ao estado, diz respeito a 2.084.212 km² (9,97%), com uma população de 4.580.412 dos habitantes. Nessas RI's reside um percentual de 55,45% de pessoas que possuem baixa renda. Segundo dados do CadÚnico, até agosto de 2023, um total de 1.368.931 (um mil trezentos e sessenta e oito novecentos e trinta e um) famílias inscritas, o que representa em relação ao total de cadastrados, no Pará, 57%.

A faixa de renda das famílias em situação de pobreza, estabelecida pelo Programa Bolsa Família é de até R\$ 218,00 reais *per capita* mensal. Nas cinco RI's onde as empresas de palma estão instaladas, registrou-se, em 2022, 962.170 (novecentos e sessenta e duas e cento e setenta) famílias recebendo até R\$ 218,00 reais, sendo que, em 2023, esse quantitativo diminui para 890.749 (oitocentos e noventa e setecentos e quarenta e nove) famílias.

O governo do estado do Pará vem se empenhando em garantir a expansão do dendê, em conformidade com a agenda do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – PARÁ/2030 lançado, em 2016, no qual, o Estado assume a posição de “gerente do espaço geográfico” (Sousa; Macedo, 2019, p. 533) na formulação e efetivação de incentivos e de infraestrutura que possibilitem a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento dos empreendimentos capitalistas de produção da palma.

O ASSALARIAMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES NA EMPRESA BBF PALMA DE ÓLEO NO PARÁ: “Queremos só um salário para nosso sustento”

A relação entre o assalariamento do agricultor familiar e a situação de pobreza e desigualdade social das pessoas que moram nos municípios, onde a produção da palma se expande, no cenário paraense, pode ser constatada, a partir da pesquisa realizada com agricultores e suas respectivas esposas, bem como, com 09 sindicalistas rurais, pois, 25% dos que ingressaram ao assalariamento nas lavouras da

sejam. RI Araguaia; RI Baixo Amazonas; RI Carajás; RI Guajará, RI Guamá; RI Lago de Tucuruí; RI Marajó. (Disponível in: entenda-porque-o-para-e-dividido-em-regioes-de-integracao-e-conheca-todas/).

empresa de palma de óleo, o fizeram por necessidade de um salário fixo; 25% dentre os mesmos apontaram o assalariamento como uma estratégia para a obtenção de renda para o sustento da família; 25% destacou o assalariamento como possibilidade de recursos para a aquisição de objetos domésticos, como: Cama, televisão, fogão, moto, etc.; 12,5% informou que as produções em seus respectivos estabelecimentos familiares apresentavam baixa rentabilidade; 6,3% relatou que se inseriu no assalariamento, em razão da improdutividade da terra do seu estabelecimento familiar e 6,2 %, em razão do interesse do agricultor ingressar no sindicato dos trabalhadores assalariados da palma. Em suma, todos apresentaram a necessidade de ter um salário que lhes desse a certeza de recebê-lo no final de cada mês, como afirma agricultor assalariado R. B. P de Concórdia do Pará: “[...] **ai já um salário fixo**, a gente tem a ciência de que todo mês está naquela conta, né”? [...]. (grifo nosso).

A relação capital e trabalho se pauta na venda da força de trabalho como mercadoria (Marx, 2023). Assim, o ingresso dos agricultores familiares ao assalariamento representou uma mudança substancial na forma de trabalho dos mesmos, pois, antes, realizavam o seu trabalho no seu estabelecimento familiar, com processos de trabalhos, completamente, diferentes ao considerar que o trabalho familiar tem como base de mão-de-obra, não só de um indivíduo, mas, da família, ou seja, o trabalho é coletivo tendo por base a cooperação entre os seus membros; não existe pagamento de salário, todavia, o produto do trabalho é para benefício e manutenção da família; o lucro não é o propósito final, mais, sim, o sustento de todos; a divisão de trabalho e geracional e de gênero, entre outras características. Desta forma, pode-se afirmar que o motivo que levou os agricultores familiares, a inserção ao trabalho assalariado, nas lavouras da palma de óleo da empresa BBF, se expressa na seguinte frase: **“queremos só um salário para nosso sustento”** (N.D.C do Moju, grifo nosso). Os relatos abaixo são elucidativos neste sentido:

[...] Trabalho por um salário, sem dúvida, em razão da minha família, se não fosse minha família em não estaria no caso do dendê [...] tem que trabalhar !. Porque, não pode faltar para minha filha e para minha esposa (Trabalhador assalariado NSB do Município do Acará).

[...] Fui trabalhar na empresa para tentar uma melhoria de vida, para ver se dava para, realmente, para melhorar a vida entre a família, aí, eu vim de Taperuçu para morar em Concórdia, não tive mais contato com a terra, somente, nas plantações de dendê, só vou lá para visita [...] (Trabalhador assalariado RBP do Município do Concórdia do Pará).

A constatação de que 77,8% dos agricultores pesquisados eram beneficiários do Auxílio Brasil, pode revelar que a opção pela inserção no trabalho assalariado, não se apresentou como uma alternativa complementar para a sua renda, mas, como

alternativa para enfrentar a situação de pobreza do núcleo familiar, haja vista que, os rendimentos obtidos com a realização do trabalho familiar, não eram suficientes para garantia da reprodução social das suas famílias, até mesmo, no que se considera como básico e mínimo para a subsistência, como ter comida na mesa para comer, todos os dias. Assim, os agricultores e suas famílias são marcados pelas ausências ou precariedade de políticas sociais universais, mas, por outro lado, esta situação de pobreza se constitua em terrenos férteis para políticas compensatórias e focalizadas de transferências de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) e Auxílio Brasil, enquanto que as políticas sociais estruturantes como: saúde, educação, trabalho, habitação, entre outras são vilipendiadas pelos governos do estado do Pará e dos municípios.

As políticas sociais públicas existentes nos territórios de produção de palma no Pará manifestam sua presença nas vidas dos agricultores familiares, fundamentalmente, através dos programas de transferência de renda: PBF que, posteriormente, foi chamado de Auxílio Brasil e nos tempos atuais ficou unicamente, constituído como PBF, que funcionam como paliativos das necessidades materiais das famílias. As demais políticas públicas dirigidas aos referidos agricultores, não foram identificadas, exceto um agricultor que relatou que estava aguardando financiamento do PRONAF. Salienta-se que, aproximadamente, 88% do valor recebido do PBF pelas famílias pesquisadas, é destinado para completar a renda para a aquisição de gêneros alimentícios:

[...] Ele recebia por semana 200 reais, comprava as coisas de comida. Eu recebo, por mim, também, ganho a bolsa, mas, juntava para o que faltava [...] queria comprar alguma coisa para ele, não dava, só dava para comprar as coisas de casa, coisa de comida [...]"
(Esposa do entrevistado JSC, município do Acará).

Observa-se pelo relato acima que o trabalho assalariado na BBF possibilita o consumo de bens materiais que as famílias dos pesquisados necessitavam, visto que, a renda obtida com o trabalho de agricultura familiar possibilitava, apenas, a compra de gêneros alimentícios. Contudo, essa forma de trabalho provocou mudanças significativas na vida dos agricultores assalariados, tanto no que concerne ao trabalho, quanto na família e na comunidade.

No que concerne às mudanças ocorridas no trabalho, saltam aos olhos aquelas que alteraram o seu cotidiano de trabalho, pois, o tempo de trabalho sofreu uma drástica transformação, na medida em que, o agricultor precisou reaprender a viver sua vida pela funcionalidade de um outro relógio controlado pela empresa de palma. A exemplo, os hábitos de repouso foram mudados como a hora de levantar-se para ir ao

trabalho, visto que, o deslocamento de suas casas para o trabalho, exige, um trajeto que dispense 2 a 3 horas das primeiras horas da manhã, momento este que, antes, era destinado para o seu descanso, não havendo reposição do sono perdido. A jornada de trabalho no estabelecimento do agricultor familiar, que era gerenciada pelo próprio trabalhador, foi perdida, sendo, hoje, regulada pela empresa e seus supervisores.

Constata-se, então, que a gestão da força de trabalho adotada pela empresa de produção do óleo da palma tem por base uma engrenagem de intenso controle sobre a vida do trabalhador que altera, completamente, a utilização do seu tempo, se comparado, anteriormente, quando o mesmo trabalhava na agricultura familiar, ou seja, ele tinha a autonomia para decidir a hora de acordar para trabalhar, a hora de trabalhar ou não trabalhar e possuía, também, momentos de não trabalho que eram “sagrados” para suas vidas, a saber: almoçar com família, pescar a tarde em tempo de chuva, entre outros hábitos que foram abandonados, a partir do assalariamento. Sendo assim, o seu cotidiano que expressa o seu modo de vida passou a ser, hoje, gerenciado pela corporação de palma que controla o seu tempo e se apropria do mesmo, tendo em vista a extração da mais-valia absoluta (Cardoso, 2013; Antunes e Praun, 2015). A propósito, o relato do trabalhador assalariado L.J.P.C., município do Acará, é elucidativo: “[...] Antes da BBF, eu trabalhava até o meio-dia ou 11 h, geralmente, a tarde não trabalhava [...]”.

Após o esforço físico dispendido pelos trabalhadores para o deslocamento de suas casas até o local de trabalho, se inicia o trabalho braçal de plantação, de trato da cultura e da coleta do fruto fresco de palma, nas lavouras dos dendezeiros, o que requer, também, muito esforço físico dos mesmos, sob sol escaldante ou chuva, percorrendo quilômetros por dia entre parcelas de plantações de dendê, roçando áreas extensas, cortando cacho de frutos entre espinhos, carregando cachos de frutos que pesam em média de 10 a 50 kg para serem colocados dentro dos tratores manuais ou mecânicos; além disso, esses trabalhadores são, constantemente, expostos aos bichos peçonhentos como cobras, escorpiões, entre outros.

Deste modo, a partir do momento em que os trabalhadores adentram nas dependências da empresa, passam a se submeter à intensificação do trabalho que se materializa em conformidade com os processos de trabalho adotados a partir da reestruturação produtiva, tais como: A adoção do modelo flexível de produção e das relações de trabalho vem sendo adotado pela BBF e se realiza por meio de um intenso e contínuo processo de disciplinamento e exploração da força de trabalho, de rotina de tarefas e atividades polivalentes. Com efeito, os trabalhadores não se especializam em

nenhuma atividade, na medida em que exercem funções do tipo “coringas”, o que impõe um processo multifuncional nas relações de trabalho, porém, devem estar disponíveis para execução de qualquer atividade que lhe seja delegada a realizar – esta exigência tem se constituído um critério para sua permanência no emprego.

Aliada à polivalência, os trabalhadores são submetidos às exigências do cumprimento de metas que, via de regra, é muito difíceis de serem atingidas, pois, a empresa instituiu a chamada “tabela inteligente” que ordena o gerenciamento de metas. A esse respeito, os trabalhadores e representantes sindicais afirmam que: “*a tabela é inteligente para eles, só eles ganham e o trabalhador perde*”, na medida em que, os salários dos trabalhadores são baixos, pois, não excedem um salário-mínimo (R\$ 1.320,00 reais), se tornando mais baixos, devido aos descontos de impostos, embora, contem com um bônus, ticket refeição oferecido pela empresa e um valor referente ao alcance das metas.

O cenário exposto é de penosidade e precarização do trabalho nos pomares da palma de óleo, que se expressam pela falta de acesso aos direitos sociais dos trabalhadores como: assistência à saúde (não possuem plano de saúde); salários baixos; alimentação saudável, pois, as refeições que a empresa fornece é de péssima qualidade, embora, seja descontado um valor no contracheque dos trabalhadores, sobre esse item, não dispõem de locais adequados para as suas necessidades fisiológicas; além de outros aspectos que sobrepõem a dinâmica e a rotina de trabalho que constituem o *lôcus* das fazendas de produção de dendê em espaços degradantes para a saúde dos referidos trabalhadores, conforme foi tratado, anteriormente.

Esse é o novo modo de vida que os trabalhadores pesquisados passaram a vivenciar, a partir de sua inserção no trabalho assalariado, sobrepunhando, assim, ao seu cotidiano como agricultor familiar, firmado em seu estabelecimento familiar, porque as fronteiras entre o “tempo de trabalho e o tempo de ‘não’ trabalho” (Cardoso, 2013) vão se estreitando, registrando uma usurpação da empresa do tempo livre do trabalhador, pela entrada de forma explícita e implícita na vida cotidiana desse trabalhador fora da corporação, reordenando, completamente, a sua vida familiar e comunitária, alinhada aos processos de reestruturação produtiva com rotina de controle, disciplinamento, pressão, intensidade do tempo de trabalho, entre outras estratégias de exploração da força de trabalho para maior obtenção de lucro (Marini, 1990; Alves, 2011; Cardoso, 2013; Antunes e Praun, 2015).

Assim, as relações de trabalho tem por base a gestão flexível pautada na polivalência de atividades, na intensidade da jornada de trabalho e controle, no estabelecimento de metas inatingíveis, entre outros mecanismos de gerenciamento da

força de trabalho, na empresa de produção de óleo de palma, tem provocado, decisivamente, para um processo contínuo e violento de adoecimento do trabalhador que se manifesta por dores permanentes no corpo (costa, pernas, braços, nuca etc.), fadiga, cansaço, exaustão, estresse, desmotivação de toda a ordem (Mota *et al.* 2005, p. 291).

Em verdade, um dos sinais reveladores do processo de adoecimento dos trabalhadores da empresa de produção de óleo de palma é a trilogia: fadiga, cansaço e exaustão que se desdobra na perda de energia e motivação no corpo e da mente para fazer qualquer coisa, principalmente, quando chegam em suas residências (Cardoso, 2013, Trivellato *et al.*, 2020). O cansaço foi um relato feito por todos, todavia, dentre eles, um mencionou que está vivenciando condição de adoecimento, bem mais acentuada do que os demais, pois, é *“muito cansaço [...] é cansativo demais [...]”* (Trabalhador assalariado N.S.B., Município do Acará); *“A foice, o que ela dá é muita dor no pescoço, né? Que a gente fica todo o tempo olhando para cima [...] já o sacho, aí as dores mais são mais no ombro que a gente usa a força para bater com ele. Aí, todo o choque no braço. (risos...)”* (Trabalhador assalariado R.B.P., Município de Concórdia do Pará).

Além do cansaço físico e do adoecimento, outra repercussão do trabalho assalariado na vida do agricultor foi relacionada à redução do tempo de trabalho na agricultura familiar, portanto, não sendo mais possível, a realização de atividades de agricultura com a família, visto que, tem que se dedicar, totalmente, no trabalho assalariado, na empresa de palma de óleo: *“Eu tirava um tempo pela manhã para o açaizal e a tarde eu ia dar uma pescada ou ficava em casa. Agora não tenho mais tempo, agora no sábado a gente vai na cidade para comprar umas coisas.... [...]”* (Trabalhador assalariado L.J.P.C. do município do Acará, grifo nosso). A impossibilidade do agricultor assalariado continuar trabalhando no seu estabelecimento familiar junto com a família, acarretou a sobrecarga de atividades para outros membros da família, a exemplo de pais idosos, irmãos e esposas, em alguns casos, as esposas passaram a assumir quase que 80% das tarefas do pimental. Com efeito, as atividades dessas mulheres, dobraram, pois, junto com as atividades do roçado continuavam responsáveis pelas atividades de cuidado da casa e dos filhos:

Depois que ele foi trabalhar na BBF, mudou um pouco porque ele me dava uma ajuda, aí ele sai de madrugada e chega umas 18h00.... Quando ele chega aqui, ele não faz mais nada, ele chega só para descansar, para sair de novo e no final de semana está só para descansar. Ele pega de vez em quando um açaizinho para jantar ou almoçar (Pai do extrativista L.J.P.C., do município do Acará, grifo nosso).

O relato acima evidencia que, antes do assalariamento, os agricultores estavam com a família durante os trabalhos de agricultura familiar, além disso, a dinâmica de convivência com a família era regular e permanente, com uma vida comum no cotidiano de todos, tanto das esposas e filhos, quanto de parentes. Agora, com o assalariamento, esse modo de vida mudou, substancialmente, uma vez que, o uso do tempo, também, foi modificado - o agricultor assalariado passou a dispor, mas tempo para o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo permitiu a constatação de que a inserção dos agricultores no trabalho assalariado na BBF, teve como principal motivo a aquisição de bens, serviços e produtos necessários para subsistência da família do agricultor familiar, na medida em que passaram a ter um salário fixo; aqueles que continuaram na produção da agricultura familiar, esta fonte de renda se transformou em algo complementar. A mudança na forma de trabalho incidiu no padrão de consumo e de vida, a partir do assalariamento mencionada empresa, pois, os trabalhadores puderem construir suas casas, comprar moto, TV, geladeira, cama, fogão, inclusive, passaram a ter condições de comprar produtos alimentícios industrializados considerados importantes, como: iogurte para os filhos. Contudo, a vida familiar foi modificada devido à ausência do agricultor no seio familiar, pois, ele deixa de estar em casa. Antes, mesmo, quando trabalhava na roça, ele não saía das mediações do lar, ou seja, do estabelecimento familiar, de uma forma ou de outra a maior parte do tempo, todos os membros da família estavam juntos.

O trabalho assalariado na produção da palma provocou, mudança no padrão de consumo de bens e serviços do agricultor, mas, reconfigurou o seu próprio modo de vida, com situações de adoecimento provocado pela fadiga, cansaço, estresse, entre outros, que é a tendência da proletarização do agricultor familiar, devido à subordinação da Amazônia a um novo padrão de acumulação capitalista com uma voraz demanda de matéria prima e energias, sob a forma de commodities, fundado na exploração da força de trabalho e da natureza. Urge, então, a criação de um novo modelo de desenvolvimento que priorize as melhorias das condições de vida da classe trabalho, o que de certo impõem outro projeto de sociedade no mundo!

REFERÊNCIA

ALVES, Giovanni Antônio Pinto. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES; Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BASTOS, Patrícia de Melo Abrita; MATTOS, Leonardo Bornacki de; SANTOS, Gilnei Costa. Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 20, n. 41, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Pecuária e abastecimento (MAPA): diagnóstico da produção sustentável da palma de óleo**. Brasília: Mapa; ACE, 2018.

CARDOSO., Ana Claudia Moreira. **Organização e intensificação do tempo de trabalho. Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, maio/ago. 2013.

FONSECA, Fernando Sérgio de Toledo; HÖHER, Ricardo; ROMÃO, Paulo Augusto Filipe Bastos. Pobreza Rural no Norte do Brasil: uma análise do perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 26, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/62585>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LEVERMANN, Ralf A.; SOUZA, Juliano Paulo Mendes de. Óleo de palma o crescimento da indústria global. **Rev. Agroanalysis, Mercado & Negócios**, fev. 2014.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes et al. Pobreza rural e desigualdade de renda na Amazônia: um estudo da produção familiar rural do estado do Acre. **Revista de Estudos Sociais | Faculdade de Economia**, Cuiabá, v. 20, n. 40, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência 1973**. 10. ed. México: Ed. Era, 1990, Disponível em: www.centrovictormeyer.org.br. Acesso em: 13 out. de 2023.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. **(Introdução)**. 2010. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/aideologiaalema.pdf> . Acesso em: 17 de ago. de 2023.

MOTA, Dálete Delalibera Corrêa de Faria; CRUZ, Diná de Almeida Lopes Monteiro da; PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos. Fadiga: uma análise do conceito. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 18, p. 285-293, 2005.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122591>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NAHUM, J.S.; SANTOS, C.B. dos. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. In: NAHUM, J.S.; SANTOS, C.B. dos (org). **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço rural na Amazônia paraense**. 1. ed. Ananindeua: Itacaiúnas, 2018.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Revista em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2013.

PEGORARE, Alexander Bruno; MENDES, Dany Rafael Fonseca; MOREIRA, Tito Belchior Silva; CONSTANTINO, Michel. Panorama do agronegócio na América Latina: uma análise exploratória (2000-2015). **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v.7, n.1, p.59-72, mar. 2017.

SOUSA, Rafael Benevides de; MACEDO, Cátia Oliveira. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 525-549, abr. 2019. Dossiê Agronegócios no Brasil.

TRIVELLATO, Márcia Carolina Santos; PAIXÃO, Tamiris Vilas Bôas. A flexibilização dos tempos de trabalho como base do adoecimento. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 110-133, jan./jun. 2020.

YOKOYAMA, Roberto Y. **Palma de óleo nos próximos 10 anos**. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/palma-de-oleo/2017/24a-ro/app_mercado_palma_24ro_oleo.pdf. Acesso em: 22 dez. 2019.